



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



TITULO: INCLUSÃO DE JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PROJOVEM PRISIONAL NO RIO DE JANEIRO

EJE: EXTENSIÓN, DOCENCIA E INVESTIGACIÓN

AUTORES: FARAH NETO, MIGUEL; LEITE, ANA MARIA A. & PINHEIRO, DIÓGENES

REFERENCIA INSTITUCIONAL: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

**CONTACTOS: mfn13@terra.com.br; analeitebr@yahoo.com.br;
diogenesunirio@hotmail.com**

RESUMEN

Com o objetivo de ampliar a inclusão social de jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, o Brasil, no âmbito da Política Nacional de Juventude, criou o ProJovem Urbano, programa voltado à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Entretanto, seu caráter inclusivo encontra obstáculos à plena efetivação, representados, sobretudo, pela invisibilidade a que estão submetidos esses jovens, fruto do processo de naturalização da desigualdade social brasileira. Algumas iniciativas, porém, podem contribuir para a reversão desse quadro, quando a decisão de focalizar a ação em um dado grupo se impõe, por meio de articulações estabelecidas institucionalmente. Exemplo disso é a parceria firmada entre a Secretaria Nacional da Juventude e o Ministério da Justiça, oferecendo o ProJovem Urbano – neste caso, denominado como ProJovem Prisional – a jovens que estão cumprindo pena de privação de liberdade. Dessa forma, tem sido possível levar a parte da população carcerária uma oportunidade de escolarização diferenciada daquela que lhes é normalmente disponibilizada, circunscrita à esfera prisional. Tal experiência tem se revelado uma alternativa importante de inclusão e propiciado o reconhecimento, de fato, do direito das pessoas encarceradas à aprendizagem, dentro de uma oferta educativa de caráter universal. Além disso, tem possibilitado à universidade, por meio da participação de graduandos e recém-formados, incorporar, à sua formação, uma experiência significativa em atividades educacionais de grande impacto social, permitindo-lhes conhecer e intervir na realidade de jovens que, por sua condição, são invisibilizados e negligenciados. Neste trabalho, apresenta-se um perfil dos jovens que integram as turmas de duas penitenciárias do Estado do Rio de Janeiro, considerando suas vivências e expectativas quanto ao futuro. Por fim, são feitas algumas comparações entre suas características e as de outros jovens que frequentam as turmas do ProJovem Urbano convencional. Vale dizer que, apesar do contexto que os distingue dos demais, os jovens encarcerados vivem os mesmos problemas experimentados pelos alunos não sujeitos à privação de liberdade, tendo consciência de sua fragilidade em relação às reais possibilidades de inserção no mundo do trabalho, a partir da formação que lhes é oferecida.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



DESARROLLO

1. Introdução

Desde os anos 1990, as políticas públicas brasileiras vêm incorporando a questão da inclusão social de sujeitos que sofrem extrema vulnerabilidade, cuja invisibilidade social, frequentemente, os deixa à margem de ações e programas. Esta é a realidade vivida pelas pessoas com necessidades educacionais especiais ou por aquelas que, em razão de diversas situações de exclusão (encarceramento, saúde, trabalho), necessitam atendimento especial. Entretanto, o caminho entre a intenção e o ato efetivo de inclusão é, ainda, bastante difícil e desafiador.

Tal como aponta Dubet (2001), se as desigualdades são múltiplas, os sujeitos que as experimentam também o são. No campo da educação, o aparecimento desses novos sujeitos tem despertado interesse e preocupação, mobilizando setores governamentais e não-governamentais para a luta por condições de igualdade e justiça para grupos e indivíduos de diferentes segmentos, que, em maior ou menor grau, se encontram apartados do exercício pleno da cidadania.

Em meio ao debate sobre políticas inclusivas e novos sujeitos sociais, a juventude assume peso visível. No Brasil, os jovens correspondem a cerca de 49,7 milhões de pessoas, 84,9% vivendo nos centros urbanos, dentre os quais aproximadamente 2 milhões morando em favelas. Em sua maioria, são negros (66,9%) e vivem em famílias com renda média de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (CASTRO; AQUINO & ANDRADE, 2009).

Certamente, para a educação brasileira, um dos maiores desafios que se impõem é a implementação de uma política de promoção do acesso e da qualidade, que atenda a todos os alunos, sem qualquer tipo de discriminação, valorizando as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional e, conseqüentemente, transpondo barreiras para a aprendizagem e a participação com igualdade de oportunidades. Tal desafio já se coloca, desde há muito, não apenas para o Brasil, mas para a maior parte das sociedades latinoamericanas, como destaca Torres (1994), ao apontar a necessidade de se diversificar as propostas curriculares vigentes, na perspectiva dos setores inferiorizados, hoje submetidos a currículos voltados ao atendimento dos setores médios e da realidade urbana. Segundo a autora, a reivindicação de uma “discriminação positiva” vem impondo a necessidade de uma atuação cada vez maior na direção desses setores marginalizados,



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



“cujas desvantagens extra-escolares se acentuaram no contexto de uma cultura escolar que difere, substancialmente, de sua cultura cotidiana e que exige deles aprendizados tradicionais” (TORRES, 1994, p. 37).

Uma das iniciativas voltadas ao enfrentamento desse desafio foi a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem, pela Lei 11.129, de 30 de junho de 2005, no âmbito da então estabelecida Política Nacional de Juventude, que, ao mesmo tempo, instituiu também, por meio da referida lei, a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude.

Inicialmente voltado ao atendimento de jovens na faixa de 18 a 24 anos, que, apesar de alfabetizados, não concluíram o Ensino Fundamental, o Programa foi pensado com a finalidade de promover a reinserção na escola e no mundo do trabalho, mediante a conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de experiências de participação cidadã.

O trabalho de monitoramento e avaliação de suas ações foi concebido de forma a utilizar o potencial das instituições de ensino superior, por meio da participação de graduandos e recém-formados de nove universidades federais, atuando em campo.

Em 2007, rebatizado como ProJovem Urbano, ampliou para até 29 anos a faixa etária de atendimento¹. Em 2009, o Programa, em parceria com o Ministério da Justiça, criou uma modalidade de atendimento a unidades prisionais – informalmente conhecida como ProJovem Prisional.

Ao incluir os jovens privados de liberdade, o ProJovem Prisional se volta para o atendimento a um segmento da juventude que representa mais da metade de toda a população carcerária do país. A maioria desses jovens não teve acesso à educação ou a outros direitos básicos de cidadania, não permanecendo na escola por razões familiares, econômicas, sociais ou políticas. A oferta de educação para esse público constitui a materialização de um direito expresso em diferentes leis e tratados internacionais.

Resultante da V Confinteia (1997), a Declaração de Hamburgo aborda o direito à educação de pessoas privadas de liberdade, a partir da “preocupação de estimular oportunidades de aprendizagem a todos, em particular, os marginalizados e excluídos” (UNESCO, 1999). De modo semelhante, o Plano de Ação, aprovado naquela mesma

¹ O ProJovem Urbano utiliza material didático especialmente produzido para atender ao perfil dos jovens a que se destina, levantado a partir de ampla e acurada pesquisa de caráter nacional, conduzida por especialistas de reconhecida produção científica na área. Aos alunos que, durante todo o período de realização do curso (18 meses), mantêm o mínimo de 75% de frequência e realizam ¾ dos trabalhos propostos pelo educador, é oferecido um auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



conferência, garante o reconhecimento do direito de todas as pessoas encarceradas à aprendizagem, proporcionando-lhes informações sobre os diferentes níveis de ensino e formação e buscando garantir-lhes acesso à educação.

A avaliação diagnóstica dos alunos do ProJovem Prisional, realizada quando do início das turmas, constitui base para esta pesquisa, que, conduzida desde 2009, busca conhecer as características e as trajetórias desses alunos, que experimentam uma situação-limite de vulnerabilidade social, agravada pelo estigma a que são submetidos por conviverem em um ambiente de extrema marginalidade, a prisão.

Como já assinalava Goffman (1988), estigma corresponde à situação do indivíduo inabilitado para o reconhecimento social pleno, o que contribui para que as opiniões e demandas de jovens com esse perfil não sejam consideradas no processo de formulação e implementação de políticas a eles direcionadas. Segundo diversos autores, voltados aos estudos sobre juventudes, esse dilema é vivido pelos jovens em geral, mas recai, sobretudo, nos jovens pobres (ABRAMO & BRANCO, 2005; SILVA, 2003).

No processo de pesquisa junto a esses novos sujeitos do Programa, a experiência radical de existência por eles atravessada deve, a todo tempo, ser lembrada, pois a privação de liberdade implica um cotidiano duro e estigmatizado, sobretudo em relação às possibilidades de reinserção social. Como dizem os jovens, de forma recorrente, quando perguntados sobre o que esperam ao sair da prisão, “*depende do que eu encontrar na rua*”.

Entretanto, apesar do contexto que os distingue dos demais, o acompanhamento e a avaliação de rotina realizados pelo Programa mostra que esses jovens vivem os mesmos problemas experimentados pelos alunos das turmas convencionais do ProJovem Urbano, como a dificuldade no uso dos laboratórios de informática, chave para sua inclusão digital, e, principalmente, a consciência de sua fragilidade em relação às reais possibilidades de inserção no mundo do trabalho, a partir da formação que lhes é oferecida.

2. Os desafios para a inclusão dos sujeitos do ProJovem Prisional

Desde sua criação, o ProJovem Urbano vem tendo expressiva participação entre as diversas políticas públicas da área educacional em curso no Brasil, atendendo a cerca de cem mil jovens. Apoiado em um projeto pedagógico abrangente - educação, formação profissional e cidadã -, tem um cotidiano complexo e mobiliza, de maneira diferenciada, diversos atores: professores, estudantes e gestores. Sua expansão deu-se, sobretudo, nas periferias dos grandes centros urbanos, notadamente nas regiões Norte, Nordeste e



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Sudeste do país, em comunidades caracterizadas por diversos tipos de exclusão social, carentes de recursos educacionais, culturais, de higiene e saúde, onde, frequentemente, o único equipamento social existente é a escola.

Em princípio, é a esse contexto que se destina, prioritariamente, o Programa. Entretanto, seu caráter inclusivo tem encontrado obstáculos para sua efetivação, representados, sobretudo, pela invisibilidade a que estão submetidos os jovens, fruto do processo de naturalização da desigualdade social brasileira. Assim, em razão de questões diversas, quase sempre de ordem subjetiva, gestores e agentes deixam de atender ou priorizar determinados segmentos.

A criação do ProJovem Prisional veio ao encontro da necessidade de aprofundamento dessa perspectiva inclusiva, inerente à concepção original do Programa, e aos próprios postulados legais, como é o caso da Lei de Execução Penal (LEP), nº 7.210, de 1984, que tem como objetivos proporcionar a integração social dos presos e, em seu artigo 3º, afirma que serão assegurados ao apenado todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei. Isso equivale a dizer que, embora tenham temporariamente suspensos seus direitos civis, todos os demais direitos da pessoa privada de liberdade devem ser regidos pelas mesmas leis que são aplicadas aos demais cidadãos. Segundo a LEP, a assistência ao apenado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, devendo tal assistência se estender ao egresso do sistema penitenciário. Em seu artigo 17, a lei dispõe que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso; no artigo 18, que o Ensino Fundamental será obrigatório, integrando-se ao sistema escolar da unidade federativa; no artigo 19, que o ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 2001), cujos objetivos são a elevação global do nível de escolaridade da população e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, reforça o direito ao Ensino Fundamental para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram e estabelece, ainda, como meta, a implantação de programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores.

Com base no exposto, o ProJovem Urbano, em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito das ações do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania -



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



compreende que os jovens que estão cumprindo pena de privação de liberdade, nas mesmas condições etárias e educacionais dos demais jovens atendidos pelo Programa, devem também ser atendidos pelo Programa.

Quando de sua implantação no Rio de Janeiro, em agosto de 2009, o ProJovem Prisional definiu como meta atender a 200 jovens internos. Apesar de o curso ter se iniciado com esse número, no momento da pesquisa, em 2010, era frequentado por apenas 119 alunos. Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), a elevada evasão registrada, cerca de 40%, deve-se, principalmente, aos seguintes fatores: cessação da pena, migração de regime ou transferência para outros locais. Como o ProJovem Prisional é uma modalidade nova do ProJovem Urbano, tendo sido implantado apenas em três unidades da federação (Acre, Pará e Rio de Janeiro), há uma grande expectativa quanto ao seu êxito, sobretudo por se acreditar que o Programa possa ter efeitos positivos – tanto durante a permanência desses jovens na prisão quanto no seu futuro, após o cumprimento da pena –, ao oferecer a possibilidade de participação em uma nova rede social no campo da educação e do emprego e, desta forma, contribuir para a sua reinserção social, a partir da conclusão do Ensino Fundamental.

Até o momento, o ProJovem Prisional teve, como público-alvo, presidiários do sexo masculino. Seus beneficiários têm direito a uma bolsa de estudos, recebida por suas famílias, mediante procuração.

Este trabalho faz uma abordagem sobre quem são os jovens atendidos pelo Programa, envolvendo os alunos das Unidades Prisionais (UPs) Milton Dias Moreira e João Carlos da Silva, em Japeri, município da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. O questionário utilizado possuía 28 questões, sendo 15 fechadas, 6 discursivas, 3 de múltiplas perguntas e respostas e 5 abertas auto-declaradas. Seu objetivo foi o de levantar algumas características socioculturais, incluindo trajetórias educacionais anteriores ao ProJovem, assim como demandas e expectativas em relação ao Programa e, sobretudo, aos possíveis desdobramentos do Curso na sua vida, após a saída da prisão. Embora se tratasse de investigação de caráter censitário, ou seja, aplicada a todos os alunos presentes nas salas, somente 126 dos 156 alunos previstos participaram e, destes, apenas 97 tiveram seus questionários validados.

Um primeiro esforço de análise desse material foi o de buscar entender os motivos do elevado índice de evasão apresentado pelo Programa.

Tabela 01 – Taxas de evasão no ProJovem Prisional RJ 2009 – 2010 (%)

POLO DO PROJOVEM PRISIONAL	Agosto/2009	Maior/2010	Taxa de Evasão
Unidade Prisional Milton Dias Moreira	100	53	47
Unidade Prisional João Carlos da Silva	100	66	34
Total	200	119	

Fonte: Survey ProJovem Prisional, 2010.

Uma das possíveis explicações para a evasão relaciona-se ao processo de seleção inicial, quando foram reservadas vagas para alunos que poderiam não permanecer nos pólos por 18 meses, tempo exigido para a conclusão do curso. O estatuto da remição de pena pelo estudo ainda não é uma prática regulamentada em legislação nacional, como é a definição da remição pelo trabalho, que computa, para cada 3 dias trabalhados, um dia de pena remido.

Entre os entraves à implementação, na prisão, de um Programa dessa natureza, conjugam-se fatores legais, administrativos e de concepção sobre quem são esses sujeitos a quem se destina o direito à educação. Essa situação é reconhecida pelos gestores das políticas voltadas à educação prisional, conforme atesta nota da Agência de Notícias do Ministério da Justiça, ao afirmar que:

[...] a educação não é reconhecida como direito fundamental e há ainda a incompatibilidade do horário da escola e do trabalho, dificultando a participação dos detentos que trabalham. Falta compromisso por parte de alguns professores com a escola do presídio e utilização de metodologia atraente. Uma das principais queixas diz respeito ao fato de o estudo não contribuir para a remição da pena, como ocorre com o trabalho (BRASIL, 2006).

Teoricamente, quando abandonamos progressivamente a ideia de um Estado monolítico e o concebemos como um campo de forças, ganha importância entender quais perspectivas conceituais sustentam as ações do Estado em curso e de que modo a aparição de novos sujeitos – como os jovens da educação prisional – muda a conformação desse campo de disputas. Em síntese, a educação prisional também está inserida em uma rede de relações que lhe dá suporte e legitimidade. Assim, os sujeitos e grupos sociais disputam posições na arena política a partir de sua maior capacidade de transformar suas demandas



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



em “acontecimentos”, isto é, materializá-las em respostas dadas pelas políticas públicas às suas reivindicações.

Portanto, antes de se abordar o perfil dos jovens que integram o ProJovem Prisional no estado do Rio de Janeiro, discute-se, brevemente, o lugar da educação prisional em relação ao campo educacional mais amplo. O argumento aqui defendido é o de que a educação prisional atravessa os campos da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos, trazendo consigo um conjunto de demandas históricas que, hoje, ganham materialidade, a partir de um conjunto de programas governamentais e políticas públicas voltados para novos sujeitos de direitos, como jovens quilombolas, indígenas, populações de rua etc. (GRACINDO, 2007).

3. A educação prisional no debate contemporâneo sobre novos sujeitos educacionais

Um dos grandes desafios no campo das políticas públicas é superar a defasagem entre o que é pensado e o que é posto em prática, como já indicava um texto seminal que mapeou as políticas de juventude na década de 1990:

Na realidade, a implementação implica em novas decisões [...] processo esse dotado de acentuada complexidade, e que articula o sistema político em suas várias dimensões com a realidade concreta das práticas políticas e sociais dos diversos interessados (RUA, 1998: 733).

Além das dificuldades em lidar com um campo de forças complexo, com vários agentes com interesses e concepções diversas, o grande problema é que os jovens idealizados nos projetos não são os mesmos da realidade. Nem protagonistas, nem carentes, mas indivíduos com vontades, opiniões e saberes nascidos de sua experiência real. Assim, a despeito da enorme produção recente no tema da juventude, permanece uma lacuna conceitual sobre o que significa ser jovem, nas suas múltiplas dimensões. Parte desse dilema reside no fato de os jovens terem se afirmado no cenário político brasileiro associados diretamente a problemas sociais. Isso teve efeitos diversos e contraditórios, como demonstra Castro (2010), ao lembrar que a própria ideia da “juventude violenta” foi uma construção produzida, em grande parte, por agentes de porte, caso de algumas organizações tradicionais, como a UNESCO, ou de ONGs que vinculam parte de suas ações à existência de sociabilidades violentas, como a Fundação Ford. Naturalmente, esses Programas buscavam responder a questões dramáticas e reais.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Tal fato, por um lado, abriu espaços para o domínio de posturas repressivas do Estado, que, somadas à expansão de grupos criminosos, construíram a imagem do jovem pobre como um criminoso em potencial e resultaram em intervenções violentas, que condenaram o país a assistir, impassível, o extermínio sistemático de jovens pobres. Essa situação tem levado as metrópoles brasileiras a um estado permanente de medo, com reflexos muito fortes e negativos sobre a possibilidade de a juventude viver bem na cidade e realizar seu potencial no processo de transformação social (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006).

Por outro lado, porém, o jovem visto como problema social resultou também na criação de uma rede de juventude com grande vitalidade e que atravessa projetos governamentais e não-governamentais, resultando em que a categoria juventude seja alvo prioritário das ações do Estado e da Sociedade Civil, muito à frente de outros recortes da sociedade, como raça e gênero, ou de outras faixas etárias. Como valor proclamado, mas nem sempre praticado, exalta-se o papel de “protagonistas” dos jovens em todas as iniciativas políticas.

Pode-se afirmar que é consenso, hoje, a ideia de que os jovens devem ser sujeitos ativos na constituição de políticas públicas, embora persistam as dificuldades para efetivar essa concepção em práticas efetivas de exercício da cidadania, sobretudo nas políticas públicas nacionais, onde o ganho na escala da ação geralmente vem acompanhado da diminuição na capacidade de representação dos sujeitos frente aos meandros das políticas governamentais (ABRAMOVAY, RIBEIRO & ESTEVES, 2009).

Entender como os sujeitos se movem no interior de grandes estruturas institucionais – como os Programas Governamentais e as Políticas Públicas - tem sido objeto de reflexões que permitem descortinar a complexidade do território no qual esses jovens transitam. Dois prefácios recentes de Novaes (2009; 2009b) mapeiam e problematizam, com riqueza de detalhes, a emergência do que se pode chamar de um campo de políticas públicas de juventude (PPJs) em nosso país. Esse campo tem contornos naturalmente móveis e incorpora, continuamente, novos grupos e expressões da juventude. Reúne desde atores já tradicionais, como os jovens ligados aos movimentos estudantis, até a nova geração de jovens filiados a partidos políticos. Entretanto, dialoga, principalmente - dando o tom de diversidade que caracteriza esse espaço - com os inúmeros movimentos da juventude, desde os mais ou menos organizados, como grupos de capoeira, *funk* e *hip hop*, também já veteranos na cena política, até os que querem se organizar, como os variados recortes de



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



expressões juvenis, que vão de situações de gênero a grupos religiosos. De acordo com a autora:

Em resumo, em contextos de demandas e disputas pó PPJs, os jovens do movimento estudantil – sem ter mais o monopólio da representação juvenil – e os jovens sindicalistas e de partidos políticos – mesmo com pouca representação numérica – têm sido desafiados a conviver e se articular com grupos culturais, religiosos, esportivos, ambientalistas, de direitos humanos, de voluntariado, assim como jovens envolvidos em ações de pequena escala, de horizontes temporal reduzido. De fato, exibir o grau de diversidade juvenil tornou-se uma moeda de grande eficácia para a legitimação dos espaços socialmente definidos como de juventudes, tais como redes, fóruns e conselhos locais ou nacionais de juventude (NOVAES, 2009:18).

Portanto, é a partir do reconhecimento da diversidade que o campo das PPJs tem se constituído. Como ponto em comum, em meio à diversidade, está o fato de o Estado ser o interlocutor primordial para o qual essa rede se volta, em busca de recursos e marcos legais de regulação. Em 2005, a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGRP) criou a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), articulado transversalmente aos Ministérios da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Esse campo institucional tem buscado dialogar com a diversidade de atores da sociedade civil a partir de múltiplas mediações, dentre as quais está a universidade. Hoje, a universidade pública brasileira tem assumido novos papéis além do ensino, pesquisa e extensão, que a colocam como responsável pela formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Ao atuar como uma plataforma pela qual passam as políticas públicas, a avaliação produzida na universidade se aproxima da complexidade da realidade e contribui para a releitura de debates acadêmicos, a partir do surgimento de novos sujeitos educacionais.

Ribeiro (2004) chama a atenção para essa ambiguidade entre o que é demandado pelos jovens que estão na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o que é oferecido, mostrando como ainda há um longo percurso na implementação de políticas da EJA, que, segundo a autora, continua transitando nas bordas da educação, quando relacionada à hierarquia do sistema educacional brasileiro. Na mesma direção, Gomes (2008) afirma que:

Quando falamos em educação prisional não podemos perder de vista que se trata de uma parte da EJA, o que a torna ainda mais difícil de ser



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



concretizada. Primeiro, porque a EJA já é colocada à margem da sociedade, e perante o Estado sua visibilidade ainda é menor, não tendo um atendimento eficiente do sistema público, principalmente relativo a questões que tangem tanto o acesso quanto a permanência nas escolas. Segundo, porque quando tratamos de EJA na educação prisional, estamos trabalhando com jovens e adultos encarcerados, fato que os tornam ainda mais marginalizados, mais longe do alcance de seus direitos. Se o acesso a uma educação eficiente já é de certa forma negado a jovens e adultos que estão fora da vida criminosa, como ficam então aqueles que pagam pelos seus delitos na cadeia? (GOMES, 2008:94).

Processos semelhantes vêm ocorrendo no campo da Educação Popular, colocando-a em um novo patamar (Costa e Fleuri, 2001). Como lembram Soares e Fávero (2009), há uma ausência grave na história da Educação brasileira tal como é contada, principalmente quando não registra a contribuição fundamental que as experiências pioneiras de EJA, desenvolvidas desde os anos de 1960, tiveram na consolidação do conceito de direito à educação. Se hoje esse direito está disseminado, ainda que não acessível a todos, sem dúvida esse patrimônio de lutas acumuladas se construiu nas experiências de cultura popular, como reforça Brandão (2011).

[...] ao mesmo tempo em que a educação popular continua sendo um fundamento de identidade e um tipo de trabalho proposto de maneira explícita por várias organizações não-governamentais em todo o País e também por inúmeros movimentos sociais, de uma maneira crescente e diferenciada ela ressurgue nos programas de políticas educacionais de vários municípios, e até mesmo em alguns estados da Federação. Como sugeri linhas acima, com ou sem o seu nome posto por escrito, a educação popular aparece associada a nomes como: “administração popular”, “governo democrático”, “escola cidadã”, “escola plural”, “constituente escolar”, “orçamento participativo”. Sabemos também o interesse que tais experiências governamentais têm chamado tanto a atenção de estudiosos do País e, sobretudo, do exterior, quanto a de instituições devotadas à cultura e à educação (BRANDÃO, 2011).

Como afirma Pontual (2010), toda a identidade do campo da Educação Popular foi construída a partir de sua vinculação à Sociedade Civil, “de costas para o Estado”, visto como um espaço sujeito aos perigos de cooptação. Por isso, compreender o momento atual de incidência de políticas públicas sobre demandas históricas do campo, que tiram a Educação Popular do gueto de marginalidade e a colocam no centro da estrutura educacional brasileira, é um desafio ao mesmo tempo teórico e prático. Se para os



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



educadores populares era fácil assumir uma postura crítica em relação a grande parte da hierarquia educacional, quando a Educação Popular estava absolutamente à margem desses processos, fazer parte dessa institucionalidade, hoje, ainda que na forma de Programas e Políticas públicas, é uma novidade que divide opiniões, pois prevalece o temor quanto à proximidade do Estado. Obviamente, avanços e retrocessos constituem parte dessa dinâmica de aproximação entre Estado e Sociedade Civil, como o risco da partidização de organizações populares, mas o desafio é combinar a democratização das políticas públicas, a partir dos processos e dos resultados. Ou seja, é importante a eficiência e a eficácia das ações em responder às necessidades distributivas.

A necessidade de se avançar em avaliações que possam orientar a implementação de políticas mais bem focalizadas é defendida por Julião (2011), ao afirmar que:

Nos últimos tempos, o Sistema Penitenciário tem sido percebido como uma caixa-preta: muito se discute, porém pouco se sabe sobre a sua verdadeira realidade. Cada vez mais se constata a necessidade de se ampliar a discussão e a pesquisa sobre o tema, dando ênfase a abordagens interdisciplinares nas universidades e nos institutos de pesquisa, a fim de possibilitar subsídios concretos que contribuam para a constituição de um corpo teórico que subsidie propostas de intervenção nas unidades prisionais para formuladores de políticas públicas (JULIÃO, 2011:530).

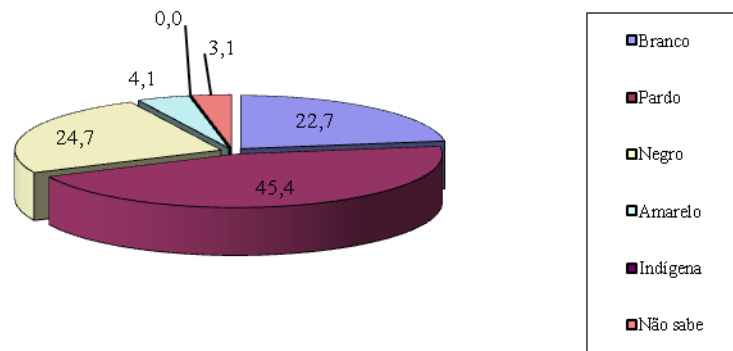
Diante disso, conhecer mais sobre as trajetórias dos jovens privados de liberdade, por meio da análise tanto de sua situação geral e educacional quanto de suas opiniões, anseios e expectativas, parece ser um caminho bastante promissor, no sentido de contribuir para melhor qualificar o Programa, corrigir rotas e identificar os desafios que o ProJovem Prisional tem pela frente.

4. Os estudantes do ProJovem Prisional do Rio de Janeiro

As informações aqui apresentadas têm por objetivo dar a conhecer algumas das características socioculturais dos alunos do ProJovem Prisional no estado do Rio de Janeiro, incluindo sua trajetória educacional anterior à incorporação ao Programa.

Um aspecto que ressalta, de imediato, é a predominância dos afrodescendentes, que constituem 70,1% dos respondentes, demonstrada ao se agregar o percentual dos que se identificam como pretos (24,7%) e pardos (45,4%), em um universo onde os brancos, segundo grupo mais expressivo, correspondem a 22,7%, conforme ilustra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Alunos segundo cor/raça no ProJovem Prisional RJ 2010

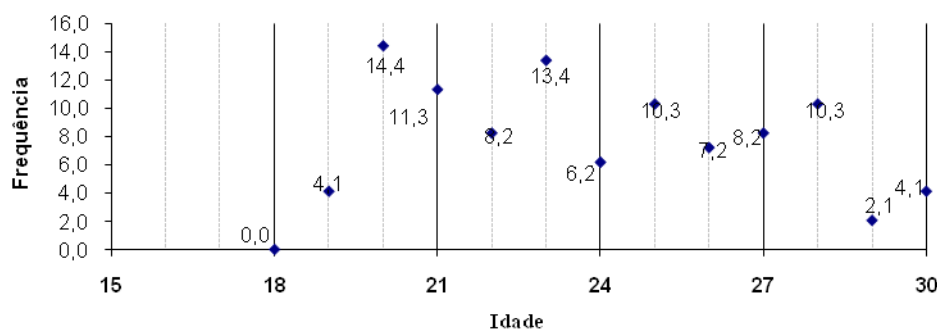


Fonte: Survey ProJovem Prisional, 2010.

Certamente, esta característica reflete a desigualdade de oportunidades e as distâncias sociais existentes entre brancos e afrodescendentes na sociedade brasileira, denunciada, desde há muito, pelos movimentos afirmativos que lutam pela promoção da equidade entre os diferentes segmentos da população.

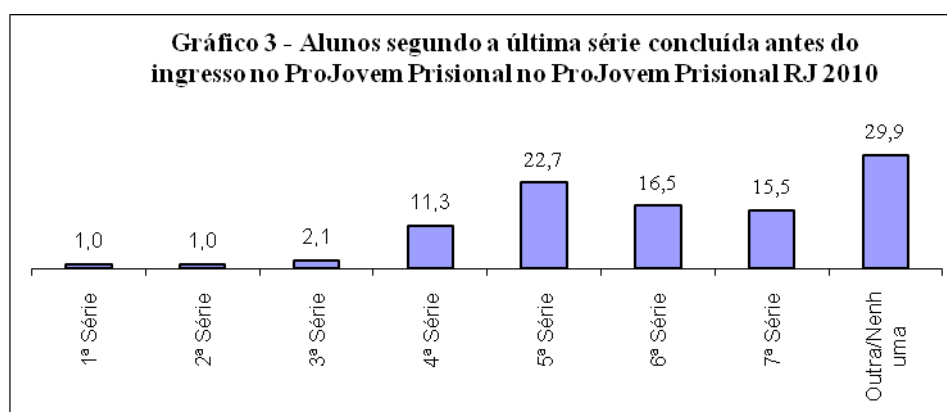
No que tange à distribuição dos alunos por grupos de idade, o gráfico 2 permite observar uma concentração na faixa situada entre 18 e 24 anos, reconhecida em outros estudos como aquela na qual a vulnerabilidade dos jovens se mostra mais acentuada (WASELFISZ, 2010).

Gráfico 2 - Alunos segundo idade no ProJovem Prisional RJ 2010



Fonte: Survey ProJovem Prisional, 2010.

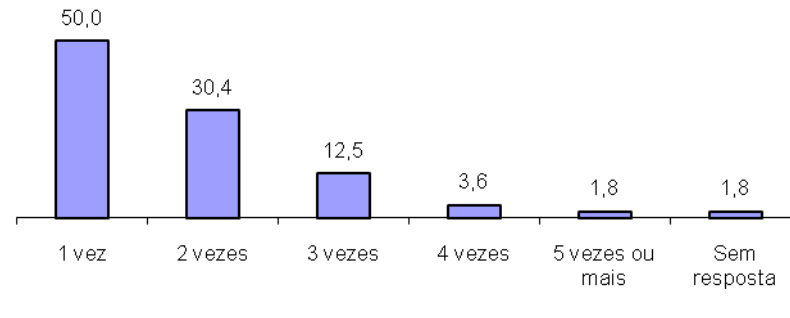
A trajetória educacional irregular dos alunos é outra evidência que os dados apontam. Chama a atenção o fato de que 29,9% dos respondentes não concluíram qualquer das séries do Ensino Fundamental, ao mesmo tempo em que, dos que concluíram alguma delas, o maior percentual (22,7%) tenha finalizado a 5ª série. De qualquer forma, o grupo dos que concluíram alguma das séries da segunda etapa do Ensino Fundamental (5ª a 7ª série) representa a maioria, totalizando mais da metade dos alunos (54,7%), como mostra o gráfico 3.



Fonte: Survey ProJovem Prisional, 2010.

Perguntados sobre o fato de terem abandonado a escola alguma vez, 42,3% responderam negativamente, enquanto a maioria - 57,7% - respondeu de forma afirmativa. Indagado sobre quantas vezes abandonou a escola, esse segundo grupo, em sua resposta, remete às inúmeras tentativas que os jovens fazem para dar curso a suas trajetórias escolares, apesar da diversidade e do processo de “expulsão” do sistema escolar a que são sistematicamente submetidos: cerca de 17,8% deles abandonaram a escola mais de 3 vezes, como se observa no gráfico 4.

Gráfico 4 - Alunos segundo número de vezes que abandonaram a escola no ProJovem Prisional RJ 2010

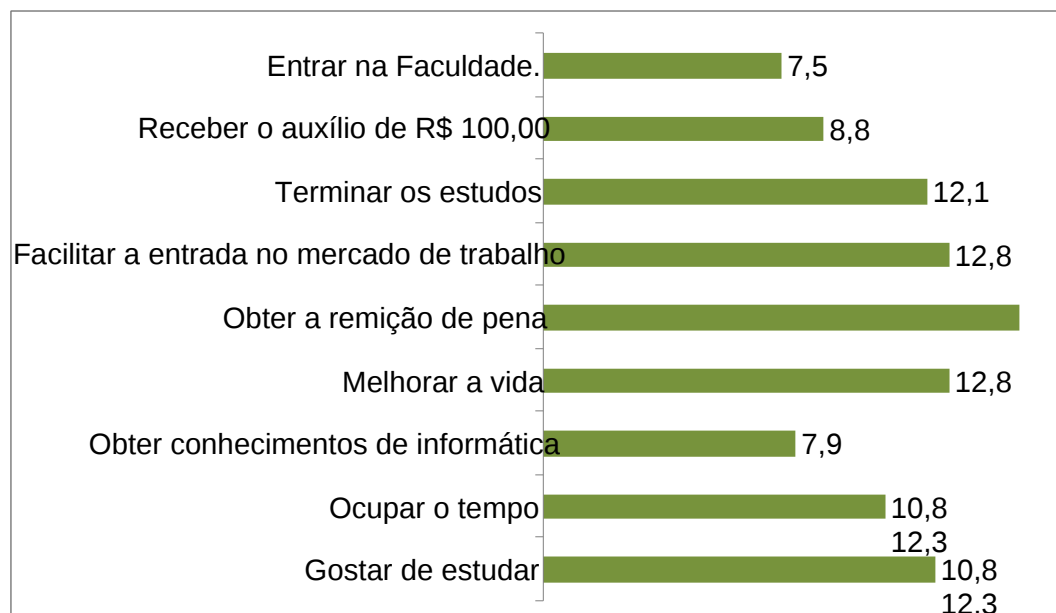


Fonte: Survey ProJovem Prisional, 2010.

Inúmeras podem ser as razões para esse abandono, notadamente entre os jovens urbanos: as condições de oferta do Ensino Fundamental, as questões relacionadas à violência na escola e no seu entorno, o trabalho e, finalmente, o envolvimento em atividades criminosas. Entretanto, o retorno à escola significa, na maior parte das vezes, a busca de uma nova chance, muitas vezes a terceira ou a quarta tentativa, conforme apontam diversos estudos (PAIVA, 2010).

Quando indagados sobre os motivos de ingresso no ProJovem Prisional, os alunos pesquisados apontaram as seguintes razões:

Gráfico 5 – Motivos para ingresso no ProJovem Prisional RJ 2010



Fonte: Survey ProJovem Prisional, 2010.

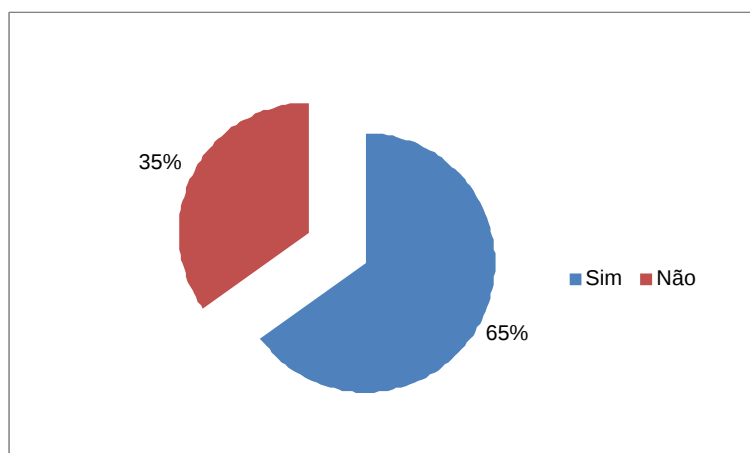
Mesmo levando-se em consideração que, nesta pergunta, os respondentes poderiam sinalizar mais de uma opção quanto aos motivos de ingresso em um Programa Educacional ambientado em situação de privação de liberdade, chama a atenção o fato de a remição de pena ter sido bastante citada (15%). Quando indagados, os alunos tendem a confirmar essa resposta, uma vez que a procura pelo Programa, segundo a Coordenação Pedagógica da Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP/RJ, é muito significativa, havendo uma lista de espera por vagas. Os jovens tendem, também, a se interessar por terminar os estudos (12,1%) e para facilitar sua entrada no mercado de trabalho (12,8%), já que a grande maioria, conforme visto acima, não concluiu qualquer série do Ensino Fundamental (Gráfico 4). A grande maioria de jovens acaba sendo posta em liberdade em função dos benefícios da Lei e pretende tomar “outro rumo” na vida, sendo, para tal, prioritária a conclusão dos estudos.

No que tange ao pertencimento religioso, entre os jovens privados de liberdade, este é um tema que ganha cada vez mais força. Segundo uma das professoras do ProJovem Prisional, ao ser indagada sobre a questão, quando da aplicação do questionário da

pesquisa, alguns alunos, por vezes, preferem ficar no culto a assistir as aulas, mesmo demonstrando interesse por elas.

No questionário aplicado, perguntou-se aos alunos se tinham ou não uma religião, ao que 65% responderam afirmativamente.

Gráfico 6 - Alunos, segundo o pertencimento religioso - ProJovem Prisional RJ 2010



Fonte: Survey ProJovem Prisional, 2010.

Na complementação a essa resposta, houve uma expressiva diversidade de citações - *Acredito em Deus, Acredito muito em Deus, Candomblé, Católica, Católico romano, Cristão, Cristianismo, Cristo vive, Evangélica "Protestante", Evangélico, Fé em Deus, Igreja Católica, Jesus, Jesus Cristo, Macumba, Muita fé em Deus, Protestante cristão, Sou pastor de uma igreja evangélica, Tenho fé em Deus, Tenho muita fé em Deus, Testemunha de Jeová, Universal* -, mostrando não apenas o caráter plural da religiosidade, aspecto comum à população brasileira no seu todo, como também o fato de que a religião, em ambientes como o presídio, ganha maior importância, como mecanismo de proteção àquele que se converte. Vale ressaltar a quase inexistente presença, entre essas citações, de menções a cultos afrobrasileiros, o que desperta a atenção, dada a percentagem expressiva de afrodescendentes, citada anteriormente.

5. Considerações finais: O ProJovem Prisional pelo olhar de seus alunos

Ainda que as políticas e estratégias de inclusão social enfrentem obstáculos à sua concretização, em diferentes campos, dentre eles o do atendimento educacional, é possível



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



proponer caminhos que busquem reverter esse lugar-comum, como é o caso da recente e - ainda em curso - experiência do ProJovem Prisional. Certamente, esses caminhos dependem de uma mudança das formas de gestão de programas e ações historicamente arraigadas, nas instâncias de execução dessas políticas e estratégias, em todas as esferas de ação, públicas ou não.

Os critérios de atendimento aos grupos e indivíduos aos quais prioritariamente se dirigem tais políticas e estratégias devem ser assumidos e veiculados junto a todos os responsáveis pelas mesmas, acompanhados de orientações sobre procedimentos a serem adotados para o reconhecimento, mobilização e acolhimento dos destinatários.

Evidentemente, as experiências já existentes devem ser consideradas como referência e apoio para novas ações, tendo em vista o acúmulo que representam de conhecimento e inovação. Mais que tudo, uma mudança de olhar da sociedade para a desigualdade e para a diferença, em todas as formas, é fundamental para esse processo.

Nas respostas dos alunos pesquisados à questão “Faça suas sugestões e comentários sobre o que é o ProJovem Urbano em sua vida”, algumas pistas sobre as limitações e as possibilidades do Programa se colocam.

É recorrente entre as “falas” uma apreciação positiva, em muito vinculada à possibilidade de mudança – de conhecimento – *“Eu acho que mudou muito meu pensamento, eu não sabia lê e hoje em dia já aprendi.”*; de identidade – *“O Projovem veio abrir minha mente para uma nova vida, além de aprender mudou meus conceitos de como ganhar a vida sem precisar de recorrer ao crime. Me ajudou a encontrar minha identidade. O Projovem deve se estender por outras penitenciárias, para que outras pessoas também encontrem sua identidade.”*; de liberdade – *“Está sendo muito bom está diminuindo a minha pena na prisão”*; de apoio à família – *“O Projovem urbano para mim é muito bom, ajuda a passar o tempo, abre a cadeia todo dia e a bolsa é útil para a minha família lá fora”*.

Ao mesmo tempo, a consciência das limitações também se faz presente, sobretudo nas referências às possibilidades de trabalho - evidenciadas, por exemplo, em comentários sobre a utilização da informática, uma das principais demandas dos jovens alunos: *“entrei pelo interesse de lembrar de coisas que tinha esquecido de quando estudei, pelo motivo de remissão de pena e aprender um pouco de informática.”*; *“Não tenho acesso a internet. Só o básico.”*; *“Não tem laboratório.”*; *“Não tem muitas atividades na informática.”*; *“Não temos o instrutor apropriado para essa função.”*; *“em minha vida está sendo ótimo, mas eu gostaria*



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



de ter muito mais atividades.”; “Eu acho que esse Projovem não está me ajudando em nada no que eu quero”.

Considerar falas como estas, nas eventuais correções de rumo de políticas sociais voltadas aos jovens em situação de exclusão, pode significar trazer esses sujeitos à condição de interlocutores nas decisões que lhes dizem respeito, rompendo com a tradição de invisibilidade a que estão submetidos.

6. Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Marconi (org.). Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma Pesquisa Nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (org.). Juventude, Juventudes: o que une e o que separa. Brasília: UNESCO, 2006.

_____.; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. Juventudes: Outros Olhares sobre a Diversidade. Brasília: UNESCO, Secretaria Nacional de Juventude e MEC, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Educação Popular Ontem e Agora. In: Blog do Carlos Brandão, disponível em <<http://www.sitiodarosadosventos.com.br/iniciob.html>>, acesso 13 de abril de 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. ProJovem Urbano. Survey ProJovem Prisional 2010. Brasília, SNJ, 2010 (inédito).

BRASIL – Ministério da Justiça. Governo estuda nova lei de educação nos presídios. Disponível em <<http://www.mj.gov.br/noticias/especiais/2006/julho/mtesp210706-presidios.htm>>, 2006.

CASTRO, João Paulo Macedo e. A invenção da juventude violenta. Análise da elaboração de uma política pública. Rio de Janeiro: LACED, E-papers, 2010.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

COSTA. Marisa Vorraber e FLEURI, Reinaldo Matias. Travessia. Questões e Perspectivas Emergentes na Pesquisa em Educação Popular. Ijuí. Editora Ijuí, 2001.

DUBET, François. As Desigualdades Multiplicadas. In: Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago, 2001.

GOFFMAN, Erving. Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GOMES, Priscila Ribeiro. O Currículo Numa Escola Prisional Feminina: Os Impasses do Cotidiano. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 112p, 2008.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



GRACINDO, Regina Vinhaes (Org.)[et al]. Educação como Exercício de Diversidade. Estudos em Campos de Desigualdades Sócio-Educacionais. Brasília, Líber Livro Editora, volumes 1 e 2, 2007.

JULIÃO, Elinaldo Fernandes. O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Educação, Set./Dez. 2010.

NOVAES, Regina Célia Reyes. Prefácio. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.M.C. de; ANDRADE, C. C. (Org.). Juventudes e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009.

_____. Prefácio. In: ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.. Quebrando Mitos: Juventude, participação e Políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; Resumo Executivo. Brasília: RITLA, 2009b.

PAIVA, J. (coord.). EJA e sistema prisional: quem é o interno penitenciário das escolas estaduais do Rio de Janeiro? Travessias: vida, escola, histórias. Relatório de pesquisa. UERJ, 2010 (mimeo).

PONTUAL, Pedro. Educação Popular e Incidência em Políticas Públicas. Trabalho Encomendado para apresentação na 33ª Reunião Anual da ANPED de 17 a 20 de outubro de 2010. Caxambu: ANPED, 2010.

RIBEIRO, Eliane. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: BARBOSA, Inês de Oliveira e PAIVA, Jane (Orgs.) Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas. Brasília: CNPD, 1998.

SILVA, Jailson Souza e. Por Que Uns e Não Outros? Caminhada de Jovens Pobres para a Universidade. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2003.

SOARES, Leôncio e FÁVERO, Osmar (Orgs.). I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

TORRES, R. M. Que (e como) é necessário aprender? Campinas: Papyrus, 1994. Série "Educação Internacional" do Instituto Paulo Freire.

UNESCO. *CONFINTEA V. Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos*. Brasília: UNESCO, 1999.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2010*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.